

Abertura do Ano Judicial 2011

16 de Março de 2011

Senhor Presidente da República

Senhor Presidente da Assembleia da República

Senhor Presidente do Supremo Tribunal de Justiça

Senhor Presidente do Tribunal Constitucional

Senhor Presidente do Supremo Tribunal Administrativo

Senhor Presidente do Tribunal de Contas

Senhor Procurador-Geral da República

Senhor Provedor de Justiça

Senhor Bastonário da Ordem dos Advogados

Senhor Secretário de Estado da Justiça e da Modernização Judiciária

Senhores Deputados

Senhores Altos Dirigentes da Administração Pública

Senhores Magistrados

Senhores Advogados

Senhores Funcionários

Minhas Senhoras e meus Senhores

Nesta cerimónia solene de abertura do ano judicial, as minhas primeiras palavras vão para todos aqueles que trabalham diariamente nas diferentes áreas da justiça. O esforço que têm feito na realização de uma melhor justiça ao serviço dos cidadãos, das empresas e da comunidade deve ser assinalado. Em nome do Governo, a todos cumprimento, agradecendo esse contributo de muitos anos.

A V. Exa., Senhor Presidente da República, quero transmitir a certeza do nosso empenho no cumprimento do compromisso institucional de aprofundar as reformas na justiça, num caminho que busque sempre os consensos necessários para encontrar as melhores soluções que sirvam Portugal e os portugueses.

Os debates sobre a justiça estão de há muito cheios de grandes proclamações verbais e diagnósticos. São sempre muitos os que têm

na mão, como resposta célere e definitiva, alguma sentença fulminante sobre o remédio certo para todos os males. Pela nossa parte preferimos antes assumir, com clareza e frontalidade, as medidas necessárias para responder aos problemas concretos, num quadro de particulares exigências de contenção.

Conto-me entre os que crêem firmemente e desde há muito que o primeiro dever da ética política republicana e democrática é dizer a verdade.

E a verdade é que esta cerimónia assinala a abertura de um ano judicial em que enfrentamos duras dificuldades, que se somam às que marcaram o ano de 2010. E olhando o futuro ninguém pode antever qualquer facilidade. Pela primeira vez, num longo período histórico, tivemos de reduzir remunerações no sector da Justiça e o Governo teve de pedir à AR uma excepção para permitir uma margem mínima de progressão de carreiras, para não ferir a operacionalidade dos tribunais superiores. Não podia a Justiça ficar imune aos sacrifícios pedidos ao povo português para cumprir metas impostergáveis.

Mas não podemos renunciar à esperança e temos o dever de agir. Para que os sacrifícios valham a pena é-nos pedido a todos um esforço sem precedentes para gerir melhor os meios que temos e os que conquistaremos com a activação do Fundo para a Modernização da Justiça, cuja criação é um sinal claro da prioridade que o sector merece ao Governo.

A questão central para a melhoria da qualidade da justiça, entre nós, tem a ver com a sua eficiência operacional. É uma questão de gestão: das instituições, dos procedimentos, das pessoas.

E o que se exige são acções concretas, bem planeadas e executadas, que todos envolvam – magistrados, advogados, funcionários, profissionais forenses –, com a clara percepção das regras democráticas da separação de poderes. Felizmente há hoje uma generalizada consciência de que a estrada legislativa é curta, e às vezes desnecessária ou excessiva, para chegar aos novos continentes da eficiência operacional da justiça.

A credibilidade e a confiança dos cidadãos no sistema de justiça – que é preciso conquistar – exigem quatro mudanças quanto às quais há um vasto consenso:

- uma melhor organização e gestão judicial,
- drástica simplificação processual
- modernização tecnológica crescente,
- formação e qualificação acrescidas dos magistrados e funcionários.

As mudanças que temos vindo a introduzir vão neste sentido, buscando uma justiça mais célere, mais desburocratizada, mais próxima do cidadão.

O alargamento do mapa judiciário, a reforma da acção executiva, o alargamento do processo civil experimental, a alteração ao código de processo penal, a lei tutelar educativa, o regulamento das custas processuais – para citar apenas alguns exemplos – correspondem a



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

GABINETE DO MINISTRO DA JUSTIÇA

uma efectiva reforma da justiça portuguesa, cujas soluções estão a ser realizadas com metas calendarizadas precisas.

Para termos sucesso devemos destrinçar rigorosamente as dificuldades. É verdade que é desigual e em muitos casos mau o estado de instalações judiciais. Nenhum Governo pode resolver magicamente e de uma só vez essa herança acumulada do défice de investimento do passado, mas a destrinça exige que não confundamos a inundação de um tribunal com o estado global do sistema em que se registam melhorias, que vão prosseguir.

Também em matéria de recursos humanos a destrinça permite fixar um caminho realista para suprir carências. Só poderemos dar resposta às carências se tivermos a coragem de mudar as estruturas e formas de trabalhar como faremos em breve ao estender a Lisboa o excelente modelo organizativo do novo mapa judiciário.

A reforma do sistema de justiça passa pelo compromisso assumido com os portugueses de simplificar e aproximar a justiça dos



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

GABINETE DO MINISTRO DA JUSTIÇA

cidadãos, único modo de garantir um pleno acesso ao direito, condição essencial para bem servir os cidadãos e as empresas.

A redução das comarcas e o novo mapa judiciário, por ser essencial à credibilização da justiça, por ser imprescindível para combater os actuais problemas do nosso sistema judiciário, não deve ser uma reforma permeável a certos discursos anacrónicos, que pretendem defender corporativamente um *status quo* que nenhum português compreende ou deseja.

Permitam-me que diga aqui francamente que transformar em polémicas medidas que, até há pouco tempo atrás, eram reivindicações unânimes dos mais diversos sectores gera apenas o descrédito daqueles que assim agem e não afectará, em momento algum, o caminho que traçámos.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

GABINETE DO MINISTRO DA JUSTIÇA

Todos os responsáveis judiciais são, por isso, chamados a contribuir para as soluções que temos procurado e que partem do quadro constitucional que rege o nosso Estado de Direito.

A cultura de justiça democrática é igualmente uma cultura de responsabilidade e de cidadania. Onde cada um pode e deve manifestar a sua posição, sem ceder a impulsos de exposição mediática ou a objectivos particularistas, buscando a melhor solução para todos. A regeneração do civismo implica responsabilidade e solidariedade.

Quero, pois, nesta abertura do novo ano judicial, assegurar-vos que continuaremos o nosso esforço de reorganização e modernização da justiça.

Temos o dever de valorizar e divulgar as zonas de excelência na justiça portuguesa.

Reduzi-la às zonas de dificuldade ou menor eficiência é dar aos portugueses e aos que no exterior nos observam uma imagem



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

GABINETE DO MINISTRO DA JUSTIÇA

distorcida da actividade dos nossos operadores judiciários e da actividade dos órgãos de soberania. É uma postura errada e, nos tempos que correm, dá um sinal negativo que não só não corresponde à realidade como pode influenciar perversamente a forma como somos avaliados por quem mede a competitividade do nosso país.

A verdade é que temos nos nossos juízes e magistrados do ministério público, nos advogados, nos oficiais de justiça e nos demais operadores judiciários muitos e bons exemplos de competência e de dedicação que é preciso valorizar.

Por isso mesmo, ao nível europeu, Portugal surge em posição honrosa e é mesmo referência positiva em várias áreas da justiça, como se reconhece em relatórios independentes, de que é exemplo o último relatório da Comissão Europeia para a Eficiência da Justiça do Conselho da Europa. Temos qualidade nas decisões e acórdãos, nos pareceres, no mérito dos serviços prestados. Fizemos em tempo certo investimentos estratégicos na modernização tecnológica com impacto positivo na qualidade do serviço prestado.

Devemos continuar nessa senda. O esforço de reorganização e modernização da justiça faz-se com a introdução de novos modelos de gestão nos tribunais, promovendo a eficiência e o combate às pendências e à lentidão processual. Exige a simplificação processual e melhoria organizativa, o aperfeiçoamento dos meios judiciais relevantes para o reforço da competitividade, a concretização da agenda digital do sector da justiça, o lançamento de novos meios de informação dos cidadãos e de transparência da justiça.

Precisamos também de reforçar os instrumentos de combate ao crime organizado e à corrupção, reformar o sistema de recrutamento e formação inicial e permanente dos juizes e dos magistrados do Ministério Público, reforçar a aposta em meios alternativos de resolução de litígios, aperfeiçoar o regime do contencioso administrativo, investir na recuperação de pendências no

contencioso fiscal e garantir a sustentabilidade das finanças da justiça – sem o que as mudanças ficariam comprometidas.

Quero particularmente deixar claro que a conclusão da formação dos magistrados a frequentar o Centro de Estudos Judiciários, e que terminam a respectiva formação em 2011, 2012, 2013 e 2014, está assegurada e o seu movimento processa-se normalmente, sem alterações. Este ano, e até Setembro, proceder-se-á a um debate sobre o modelo de recrutamento e ingresso no CEJ e as novas necessidades de formação, findo o qual será apresentada à Assembleia da República uma proposta de lei com as medidas tidas como necessárias e adequadas, decorrentes deste processo.

Dando sequência, no entanto, a sugestões nesse sentido do Conselho Superior de Magistratura e do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais o Governo apresentará proximamente à Assembleia da República uma proposta de encurtamento dos estágios, com vista a alargar o número de



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

GABINETE DO MINISTRO DA JUSTIÇA

magistrados a poderem ser colocados nos tribunais. A estes acrescerão, em termos de disponibilidade de magistrados judiciais e do Ministério Público, os que resultarem da nova afectação decorrente da aplicação do mapa judiciário às comarcas de Lisboa e Cova da Beira, a qual engloba, igualmente, os funcionários judiciais.

Senhor Presidente, minhas senhoras e meus senhores,

Para atingir os objectivos desta reforma da justiça, lançámos mão de um conjunto de medidas imprescindíveis, que considerámos prioritárias no âmbito da justiça e que continuaremos a desenvolver: o referido, alargamento às comarcas de Lisboa e da Cova da Beira do regime do novo mapa judiciário, de modo a ampliar o uso de novas formas de coordenação e gestão, bem como de apoio reforçado aos magistrados; a instituição dos novos tribunais de competência especializada em matéria de propriedade intelectual e regulação, supervisão e concorrência, inovando na oferta da justiça de qualidade e desagravando pendências nos tribunais de comércio;

a apresentação de uma iniciativa legislativa que, tendo em conta as conclusões da avaliação e debate público da reforma da acção executiva, leve mais longe a simplificação e reengenharia de procedimentos; o lançamento do processo de actualização do regime de insolvência; a aplicação do regime do processo civil experimental a novas comarcas; o reforço dos meios de combate à corrupção e ao crime organizado; a aprovação da proposta de lei que cria o gabinete de recuperação de activos; a consagração legal da valoração da prova produzida durante a fase de inquérito ou instrução, designadamente as declarações do arguido, desde que prestadas perante juiz e com garantias plenas de defesa, incluindo a assistência de advogado; a aprovação do decreto-lei que enquadra a Rede nacional de centros de Arbitragem; a aprovação da revisão do regulamento das Custas Processuais.

A estratégia que temos vindo a cumprir – e que prosseguiremos empenhadamente neste novo ano judicial – é aquela que traz à



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

GABINETE DO MINISTRO DA JUSTIÇA

justiça Estabilidade, Responsabilidade, Eficácia, Modernização e Excelência.

Como alguns dizem “em democracia, o estado da justiça é um marcador fiável do estado das liberdades, da igualdade real e da separação de poderes”. Temos todos, por isso, de estar à altura deste desafio.